

Reflexões sobre Memória e Testemunho a partir do Livro *Brasil: Nunca Mais*

Luciana Chociay* | Claudia Monteiro**

Reflections on memory and testimony from book Brasil: nunca mais

Abstract

This paper analyzes the notion of memory and testimony in the book "Brazil: Never Again" from the reports of political prisoners and relatives. The memory becomes the main element for the formation of the testimonies as historical sources and has an important role within the middle of the historical research that memories are not lost in time, so that will help stimulate the transition and communication between the past and present.

Keywords: memory, testimony, torture.

Reflexiones sobre la memoria y testimonio en el libro de Brasil: nunca mais

Resumen

En este trabajo se analiza el concepto de memoria y testimonio en el libro "Brasil: Nunca Más" de los informes de los presos políticos y familiares. La memoria se convierte en el elemento principal para la formación de los testimonios como fuentes históricas y tiene un papel importante en el medio de la investigación histórica que los recuerdos no se pierden en el tiempo, por lo que ayudará a estimular la transición y la comunicación entre el pasado y presentar.

Palabras claves: memoria, testimonios, la tortura.

Resumo

Este artigo analisa a noção de memória e testemunho no livro "Brasil: Nunca Mais" a partir dos relatos dos presos políticos e de familiares. A memória torna-se o principal elemento para a constituição dos depoimentos como fontes históricas e tem papel importante dentro do meio da pesquisa historiográfica para que as lembranças não se percam no tempo, de modo que contribua para estimular a transição e a comunicação entre o passado e o presente.

Palavras-Chave: memória, testemunho, tortura.

Introdução

Este artigo tem como objetivo a análise da concepção de testemunho e memória acerca da tortura e da repressão política durante o Regime Militar brasileiro que perdurou entre os anos de 1964 a 1985. Acreditamos ser necessário ressaltar que, apesar de haver vários estudos historiográficos e acadêmicos sobre a temática do Regime Militar, o mesmo é ainda um tema em aberto, pois é um acontecimento recente, havendo muitas possibilidades de pesquisas em relação ao tema, mesmo porque muitas testemunhas estão vivas e existem arquivos da repressão que ainda não foram abertos. Assim, com esta pesquisa, pretendemos analisar a questão da memória histórica

através do livro "Brasil: Nunca Mais"¹ que será a fonte histórica para esta pesquisa. Tal estudo torna-se importante, pois, de acordo com Carlos Fico, "as Forças Armadas brasileiras têm feito as piores opções possíveis, desde a recusa ao reconhecimento pleno das suas responsabilidades durante a

*. Graduada em História - UNICENTRO -Irati-PR.

**Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História - UFPR.

1. Livro que resultou de uma pesquisa que reuniu mais de 700 processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar entre os anos de 1964 e 1979.

ditadura até a ocultação dos arquivos” (FICO, Carlos, 2011). O autor ressalta que isto implica uma dificuldade em relação à uma política nacional de defesa, pois essa:

“Não é apenas uma “herança da ditadura” já que é realmente difícil equacionar numa política de defesa consistente variáveis tão complexas (...). Essa nossa incapacidade crônica de enfrentar os problemas gerou a excrescência das indenizações: como não “acertamos as contas” politicamente, inventou-se essa sistemática. A memória romantizada sobre a chamada “luta armada” transformou-se em leitura oficial do Estado brasileiro. (FICO, Carlos, 2011).

Interessante ressaltar a importância de se estudar tal assunto, sendo que há uma “luta permanente pela efetivação dos Direitos Humanos e pela reparação de todas as formas de violação”. (MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2007). Nesta conjuntura, a memória torna-se peça chave para a efetivação e consolidação da política social brasileira – daí a importância da análise e reflexão de memórias referentes ao Regime Militar – sendo esta um “bem” público. Temos, então, a memória do Regime Militar como um direito necessário para a formação e consolidação do brasileiro, de sua cultura e sociedade pós-militarismo.

Segundo Jacy Alves de Seixas:

Toda memória é fundamentalmente “criação do passado”: uma reconstrução engajada do passado (muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados) e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstruem sua identidade, inserindo-se assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. (...). A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa. (BRESCIANI; NAXARA, 2004, p. 42).

Com esta abordagem, é possível afirmar a noção de memória historicizada, tratando a memória a partir da historiografia de um assunto traumático. Considerando que os depoimentos apresentam a percepção da testemunha vista como portadora da história e da memória, e sendo a memória uma (re)construção e representação da história, este artigo propõe algumas reflexões através do livro “Brasil Nunca Mais”, o mesmo é observado na perspectiva de fonte para este estudo, partindo da análise dos testemunhos citados no livro de presos e perseguidos políticos, bem como os que tiveram pessoas próximas desaparecidas sem até hoje terem resposta concreta a respeito de seu paradeiro. Esta análise parte da noção da memória e do testemunho que estão presentes nos relatos dos presos e perseguidos políticos, tratando com maior enfoque a questão dos que foram torturados, analisando assim, a memória de um assunto traumático.

Através da análise, problematizar a obra, porque e quando surgiu, tornando relevante o seu contexto histórico para uma maior compreensão de suas intencionalidades.

Uma breve abordagem sobre o Regime Militar

Entre os dias 31 de março e 1º de abril do ano de 1964, ocorreu um movimento político no Brasil que derrubara do poder o então presidente João Goulart. Durante vinte e um anos, o Brasil passou por governos assumidos por militares. Foram anos em que as lutas ideológicas e os conflitos sociais foram abafados pela violência. O Regime Militar limitou a prática da cidadania, e também reprimiu violentamente os movimentos que eram opositores ao Regime.

Como justificativa ao golpe, os militares alegaram que havia uma ameaça comunista principalmente através dos ideais marxistas, Carlos Fico afirma que:

(...) só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos), permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo a seu destino de “país do Futuro.”(FICO, Carlos, 2004, p. 36).

Contudo, suas causas são um somatório de diversos acontecimentos. Retomando os fatos de uma maneira breve, quando Getúlio Vargas se suicidou, em 1954, os militares, que eram a favor da entrada de capital estrangeiro no Brasil, tentaram golpear, sem sucesso, a sucessão do governo de Getúlio por Juscelino Kubitschek. Porém, quem realmente causaria preocupação para os militares era o próximo presidente a ganhar as eleições em 1960, Jânio Quadros. Após a sua renúncia inesperada, ocorrida poucos meses após assumir o poder em 1961, quem assumiu foi o vice-presidente, João Goulart, mais conhecido por Jango. Influenciado pela esquerda, o presidente e seus aliados criaram políticas que deixaram muitos conservadores de direita insatisfeitos.

Com a criação do “grupo dos onze” por Leonel Brizola, os parlamentares e os militares pressionaram o Congresso para que houvesse a aprovação das reformas de base. A imprensa iniciou uma campanha contra o radicalismo ideológico de Jango, alegando que o presidente estaria levando o país para o regime comunista. A Igreja Católica iniciou o apoio contra a possível ameaça da esquerda por meio da Marcha da família com Deus pela Liberdade, estando ao lado dos militares. Estes são alguns dos motivos para que o Golpe de 1964 tivesse sucesso. Contudo, ao longo da história do Brasil, constam-se outros episódios que remonta aos séculos anteriores, sendo que o Golpe de 1964 se dá através da seqüência de uma tradição em que os militares interferem no governo, tendo participação na repressão contra lutas populares ainda antes da Proclamação da República, no Brasil do regime escravocrata. O marco mais importante de todo o alinhamento do Exército e seu “intuito” progressista foi a sua participação na derrubada do imperador D. Pedro II para que o sistema republicano fosse implantado. Com isso, duas figuras do exército assumiram a presidência do Brasil – primeiramente Deodoro da Fonseca, e depois, Floriano Peixoto. Fica evidente que o exército tornou-se progressista e ao mesmo tempo repressivo, impedito que as camadas populares tomassem voz pelo seu descontentamento sobre o poder que governava.

Depois deste apanhado geral, pode-se perceber que toda essa trajetória levou o Exército a ter uma participação significativa na tomada de poder no golpe de 64, como explica o Cardeal Arns:

[...] o Exército teve seu batismo de fogo como força anticomunista, a partir de um levante desencadeado pelo Partido Comunista, em novembro de 1935. A insurreição limitou-se aos quartéis e foi prontamente sufocada. Mas o episódio é mantido até hoje na memória das Forças Armadas como pira permanente em torno da qual se celebram as solenidades anuais de reafirmação dos ideais sagrados de combate ao comunismo, pedra angular da ideologia assumida pelo Estado após 1964. A violência da repressão que se seguiu, e sua longa duração, revelam que não se tratava simplesmente de castigar os revoltosos da chamada “Intentona Comunista”. Mais do que isso: as elites repensadas no Governo sentiram a chegada da hora, aproveitando o pretexto, golpear as conquistas democráticas preparadas pelas lutas tenentistas e legitimadas pela Revolução de 30. (ARNS, 2003, p. 55).

Os anos de 1962 a 1964, destacam-se pelo crescimento de lutas populares. Estudantes, artistas, setores da classe média incorporaram lutas por modificações nacionalistas, e havia uma pressão no

crescimento das reformas. O alto índice de inflação juntamente com a instabilidade do quadro político do Brasil ajudaram no desejo de que um governo forte assumisse a presidência para que assim radicais mudanças ocorressem para a melhora do campo político e econômico do país: “O problema da balança comercial se agravava com a suspensão, pelo governo norte-americano, de qualquer auxílio feito ao Brasil”. (ARNS, 2003, p. 58). A partir do momento em que os Estados Unidos se dispôs a ajudar o Brasil, significaria que os generais que estavam interessados em derrubar o presidente deveriam partir para a ação. No comício do dia 13 de março de 1964 na Estrada de Ferro Central do Brasil comandada por Jango, foram expostas reformas de base que foram assinadas pelo presidente. Este comício foi uma demonstração de que a força realizada para paralisar o tumulto estava em andamento. Esse comício levou os generais a marcarem data para o golpe.

Os principais meios para que a ditadura fosse alcançada com sucesso foram os organismos financiados pelos EUA, o PSD (Partido Social Democrático), a UDN (União Democrática Nacional), e, de início, a Igreja Católica também posicionou-se a favor do golpe. Contudo, o apoio da Igreja aos militares começou a enfraquecer o tempo em que o governo começou a mostrar o seu lado autoritário, repressivo e violento. Perante ETA situação, uma parte do clero começou a se envolver com militantes contrários à repressão e começaram a proteger torturados e perseguidos políticos.

O projeto Brasil Nunca Mais

O projeto Brasil Nunca Mais, idealizado por Dom Paulo Evaristo Arns, reúne cópias de mais de 700 processos dos presos políticos brasileiros do período da ditadura militar, reproduzidos nos Arquivos do Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal. Estes processos têm informações sobre partidos e organizações perseguidos pela repressão e também estudos sobre a tortura no Brasil e no mundo. (PROJETO BRASIL NUNCA MAIS).

Do projeto resultou o livro “Brasil Nunca Mais”, onde são abordadas informações sobre os partidos políticos perseguidos durante a época e inúmeros relatos de tortura pelos presos políticos – a tortura aparece como o tema geral dos depoimentos.

De acordo com a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em seu artigo primeiro:

(...) o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência.. (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989).

Sendo assim, é confirmado o que é dito no livro Brasil Nunca Mais, onde a tortura é tratada como:

(...) o crime mais cruel e bárbaro contra a pessoa humana. Tradicionalmente se argumentou – tanto os antigos gregos e romanos com relação aos escravos, quanto a Igreja medieval com relação aos assim chamados hereges – que a tortura era um meio de forçar as pessoas a falarem a verdade. A realidade de hoje mostra, porém, que, com os sofisticadíssimos instrumentos de tortura não

somente física, mas mental também, é possível dobrar o espírito das pessoas e fazê-las admitir tudo quanto for sugerido pelo torturador. (ARNS, 2003, p. 17).

Pode-se afirmar com essas duas citações que, tanto o Estado quanto a Igreja admitem e assumem a tortura como crime, afirmada também de acordo com a Lei nº. 9455/1997 (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9455.htm Acesso: 09/05/2011), que define os crimes de tortura e dá outras providências relacionadas a tal.

O objetivo do Projeto Brasil Nunca Mais é, portanto, o de materializar o conhecimento da sua investigação para que “nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente” (ARNS, 2003, p. 26).

A conseqüência inicial da publicação do livro “Brasil Nunca Mais” foi o atendimento do pedido de Dom Paulo Evaristo Arns ao governo José Sarney para que assinasse e ratificasse a Convenção Contra a Tortura proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas), em seguida, publicada em jornais, contendo uma lista com nomes de 444 torturadores citados pelas vítimas dos processos copiados. (BAUER, 2007, p. 11). Porém, não houve apenas resultados positivos, pois, a Editoras Vozes (editora em que o livro foi publicado) foi processada, de acordo com a Lei de Imprensa que previa a condenação dos responsáveis por qualquer publicação caluniosa, pelo médico Elias Freitas, que estava sendo acusado no dossiê de ser um dos médicos que emitiam laudos falsificados para acobertar mortes sob tortura de presos políticos. (BAUER, 2007, p. 11).

Na obra nos é contado que a tortura não era realizada simplesmente como gesto, mas estava institucionalizada na sociedade brasileira, pois haviam aulas de torturas com presos cobaias durante o período estudado, como se afirma a seguir com o depoimento de Ângelo Pezzuti da Silva (1970), estudante, preso em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais:

(...); que, na PE (Polícia do Exército) da GB, verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, vez que, o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de 100 (cem) sargentos e cujo professor era um oficial da PE, chamado Tnt. Ayton que, nessa sala, ao tempo em que se projetavam “slides” sobre tortura, mostrava-se na prática para a qual serviram o interrogado, MAURICIO PAIVA, AFONSO CELSO, MURILO PINTO, P. PAULO BRETAS, e, outros presos que estavam na PE-GB, de cobaias; (...) (ARNS, 2003, p. 31).

A denúncia citada acima se confirma com este depoimento do estudante Maurício Vieira:

(...) que o método de torturas foi institucionalizado em nosso País e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a este respeito, sendo que, em uma delas o interrogado e alguns dos seus companheiros, serviram de cobaias, aula esta que se realizou na PE da GB, foi ministrada para cem (100) militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um tem. HAYTON, daquela U.M.; que, à concomitância da projeção dos “slides” sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados, como o interrogado e seus companheiros, para toda a platéia; (...) (ARNS, 2003, p. 31).

Perante essa situação, a tortura no Brasil passou a ser tomada com método científico, e era incluído nos currículos de formação militar (ARNS, 2003, p. 32). Como mencionado, haviam pessoas que serviam de cobaias para os militares aprenderem e aperfeiçoarem a prática da tortura.

Pode-se dizer que o livro Brasil Nunca Mais teve um importante papel na revelação dos crimes cometidos pelas organizações por parte do Estado, de suas estratégias de repressão, e também

revela muitas ilegalidades cometidas nos processos arquivados do Supremo Tribunal Militar, que contém denúncias de crimes de tortura, desaparecimentos e mortes.

Os depoimentos como portadores da memória

Como já mencionado, os depoimentos contidos no livro “Brasil Nunca Mais” foram retirados de processos políticos recorrentes de denúncias entre abril de 1964 e março de 1979, que percorreram pelos tribunais da Justiça Militar.

Os depoimentos são portadores de memória, e esta, por sua vez, é uma construção psíquica e social representada dentro de um contexto histórico. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, “a relação memória e História é também relação memória coletiva e memória individual, sempre entrelaçadas e quase sempre dotadas de poder: poder de esquecer, de lembrar, de omitir, de silenciar” (DELGADO, 2006, p. 31). Porém, não há como o indivíduo lembrar-se de tudo o que ocorreu consigo. Toda construção histórica deixa fora certos acontecimentos e subleva outros na narração dos depoimentos. Neste artigo analisamos o testemunho de momentos traumáticos, vividos por militantes durante o período que corresponde ao Regime Militar no Brasil.

Nos depoimentos contidos no livro Brasil Nunca Mais, o que se torna explícito em sua maioria, são traumas decorrentes de interrogatórios, prisões, tortura, seqüestros, como é visto neste depoimento de João Manoel Fernandes, técnico em contabilidade, em 1970:

(...) no DOPS do Paraná, onde fui submetido a espancamento na face, no abdômen, chutes na perna, palmatória, não sendo levado para o pau-de-arara porque estava se convalescendo de um tiro que levou quando da sua prisão; (...) que quer, agora, esclarecer como fora preso: que, na ocasião de sua prisão, se encontrava no apartamento da Rua Presidente Farias Lima, (...) número 1.305, em Curitiba. Eram aproximadamente vinte e (ilegível) horas, quando a porta da sala foi escancarada, sendo que vários policiais invadiram, com armas na mão, a sala, atirando; que um dos projéteis atingiu o depoente na garganta e saiu no homoplata esquerdo; que, a partir daí, foi levado a pontapé até o Pronto Socorro do Hospital Cajuru, em Curitiba, onde lhe foram ministrados os primeiros socorros; (...). (ARNS, 2003, p. 80).

Pode-se perceber como o depoente registra detalhes do momento em que foi preso e do que ocorrera durante sua prisão. A exploração do trauma para análise gera possibilidades de estudo e ao mesmo tempo pode proporcionar alívio ao depoente ao expor para a sociedade as torturas cometidas, de modo a proporcionar justiça a ele e aos que também foram torturados durante o Regime Militar.

Lembrar torna-se um dever social, pois a história oral que narra traumas permite a apresentação de certos elementos históricos contribuindo com a construção de uma consciência histórica na sociedade. Na memória se cruzam passados, presente e futuro, se entrecruzam lembranças e esquecimentos, pessoais e coletivos, o indivíduo, a sociedade, o público e o privado, o que distingue a história da memória são as suas naturezas e suas estratégias. (DELGADO, 2006, p. 40). Ao narrar, as pessoas referem-se ao passado projetando condições que aspiram ser em sua realidade.

No livro “Brasil: Nunca Mais”, a memória através dos depoimentos tornou-se peça essencial para a sua formulação. Ele traz nos testemunhos parte da história vivida por muitos dos militantes que agiram no combate ao Regime Militar. Através dos testemunhos, dos depoimentos, pode-se afirmar que o trauma fica transcrito em todos os relatos, explicitamente. A memória entrelaça-se e torna-se

o principal elemento para a constituição dos depoimentos como fontes históricas. Neles há uma dupla constituição da memória, ou seja, há o lembrar da época em que os fatos narrados aconteceram e também há a interferência, a junção da memória passada com a memória do presente onde o fato é narrado. Temos inserido na construção dos depoimentos a dinâmica em cada depoente entre a sua vida particular e a sua vida coletiva, tendo na narrativa o que se passou de acordo com o olhar individualizado de cada depoente, que juntamente traz em si a sua memória do coletivo.

A memória torna-se importante dentro do meio da pesquisa historiográfica para que as lembranças não se percam no tempo, é importante de modo que contribua para estimular a transição, a comunicação entre o passado e o presente. É o caso da memória inscrita nos depoimentos, nas narrativas contidas no livro *Brasil Nunca Mais*, referentes à repressão política durante o Regime Militar, bem como as torturas praticadas no DOPS, DOI-CODIs, etc., e de desaparecimentos não justificados, todas elas ligadas ao trauma da perda ou/e ao trauma da tortura. A memória procura fazer com que o ser humano não perca referências que são fundamentais para a construção de sua identidade e da identidade do coletivo.

O testemunho como portador na memória traz consigo as emoções que o acontecimento narrado trouxe para si. A memória serve como retenção do acontecido, protegendo-o da perda em sua temporalidade, fazendo com que o acontecido seja preservado. Relacionando com os testemunhos contidos no livro *Brasil Nunca Mais* podemos observar que as injustiças e violências cometidas contra os presos políticos não sejam esquecidas, sendo importante para que tenhamos ciência do que houve e para que a população tente evitar que fatos como este se repitam na história.

Porém, ainda há dificuldades de lembrar o passado militar brasileiro. O obstáculo para a rememoração repousa em dois motivos básicos: primeiramente, em razão das estratégias de apagamento do passado e, em segundo lugar, devido à quase impossibilidade de se elaborar de modo tranquilo o que aconteceu. Contudo, o que nos leva a essa afirmação são, segundo Callegari, é: “a dificuldade de se narrar o próprio infortúnio, algo que, quase sempre, resulta na insuficiência da linguagem e, ainda, no descrédito do que é dito, comprometendo, por fim, a “verdade” dos fatos.” (CALEGARI, 2010, p. 75). Porém, o projeto *Brasil Nunca Mais* procura e deixa explícito para seus leitores que durante o Regime Militar ocorreu abuso de poder, uso de violência e violação dos Direitos Humanos, o que fica claro de acordo com os testemunhos contidos no livro.

A memória e o trauma

Tem ocorrido diversamente a produção de pesquisas em relação ao trauma causado durante os vinte e um anos de regime militar, sendo importantes para que este assunto não seja deixado de lado para a história e que seja constantemente lembrado. O trauma pode ser considerado como uma ferida na memória, tanto dos militantes como de seus familiares, que também passaram por momentos traumáticos.

De acordo com Lizandro Carlos Callegari (2010), fazer um estudo do trauma torna-se importante para que o país possa acertar contas com o seu passado, pois o Regime Militar é caracterizado por experiências traumáticas. Segundo o autor, o silêncio em torno desses acontecimentos pode tornar condições favoráveis para que esse tipo de acontecimento não se repita.

Carlos Fico, em seu artigo “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis”, faz uma reflexão a respeito dos depoimentos de quem diz que foi torturado, onde há, portanto:

(...) um limite ético-moral que tornaria quase cínico contrapor-se a alguém que, em defesa de seus pontos de vista, levanta o argumento de que foi torturado. Não se trata de abrir mão das explicações plurais, mas de se perceber que os eventos traumáticos possuem esse caráter “interminável” justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos (FICO, 2012, p. 48).

Fico afirma, ainda, que a empatia perante a depoimentos traumáticos é admissível, contudo, o historiador deve distinguir da ideia de identificação. Tomando as palavras de Carlos Fico para explicar as explicações acerca do que este artigo pretende trabalhar. Vale ressaltar que os depoimentos utilizados nesta pesquisa são referentes a crimes cometidos pelo Estado, e, de acordo com Fico, o Estado brasileiro “mesmo durante o regime autoritário, poderia ter combatido a luta armada sem apelar para a tortura e o extermínio.” (FICO, 2012, In: VARIA HISTORIA, p.49) Importante ressaltar que no regime militar brasileiro, a violência que partiu da parte estatal foi escondida em sua maioria pela censura. Os movimentos sociais em prol do fim da ditadura foram vistos em grande parte da sociedade como “movimentos terroristas”.

O livro Brasil Nunca Mais é um exemplo de pesquisa que se tornou obra que amplia a releitura da memória a partir de relatos de presos políticos que sofreram torturas bem como relatos de familiares que tiveram entes desaparecidos, muitos até hoje sem uma justificativa plausível. A memória torna-se então um objeto essencial para a denúncia desse fato histórico para uma reparação moral.

Muitos familiares das vítimas exigem explicações e esperam respostas verdadeiras sobre o que houve com seus entes. As famílias dos presos ou desaparecidos sofrem até os dias atuais, sendo que muitas continuam sem resposta do paradeiro de determinado ente. Isto pode ser afirmado ao analisar o testemunho de Cardeal Arns:

Durante os tempos da mais intensa busca dos assim chamados “subversivos”, atendia eu na Cúria Metropolitana, semanalmente, a mais de vinte senão cinquenta pessoas. Todas em busca do paradeiro de seus parentes. Um dia, ao abrir a porta do gabinete, vieram ao meu encontro duas senhoras, uma jovem e outra de idade avançada. A primeira, ao assentar-se em minha frente, colocou de imediato um anel sobre a mesa, dizendo: “É a aliança de meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã, na soleira da porta. Sr. Padre, que significa essa devolução? É sinal de que está morto ou é um aviso de que eu continue a procurá-lo? Até hoje, nem ela nem eu tivemos resposta a essa interrogação dilacerante. A senhora mais idosa me fez a pergunta que já vinha repetindo há meses: “O senhor tem alguma notícia do paradeiro de meu filho?” Logo após o sequestro (grifo meu), ela vinha todas as semanas. Depois reaparecida de mês em mês. Sua figura se parecia sempre mais com a de todas as mães de desaparecidos. Durante mais de cinco anos, acompanhei a busca de seu filho através da Comissão Justiça e Paz e mesmo do Chefe da Casa Civil da Presidência da República. O corpo da mãe parecia diminuir de visita em visita. Uma dia também ela desapareceu. Mas seu olhar suplicante de mãe jamais se apagará de minha retina”. (ARNS, 2003, p. 11-12).

Torna-se doloroso lembrar o sofrimento e a perda de algum membro familiar, ainda mais quando não se sabe o que houve, como houve, onde, e não se tem acesso ao corpo da vítima para poder ao menos fazer os rituais religiosos seguidos pela família, como despedir-se e sepultar o corpo em local sagrado.

Relembrar as sessões de tortura certamente é doloroso, não importando quanto tempo faz, ele sempre será um fato marcante e traumático. Caracterizado por gestos brutais, narrar torna-se incômodo à medida que o fato a ser descrito atinge o aspecto sentimental e o moral da vítima, podendo se confirmar de acordo com o depoimento de José Calistrato Cardoso Filho, preso no Recife e interrogado em 1972:

(...) preso, fui baleado, recebi quatro balas na coxa, (e) mesmo assim sofri choque elétrico, imersão, pau-de-arara, “telefone”, queimaduras, surras violentas; apertavam o meu pescoço e, quando perdia os sentidos, aplicavam injeções para voltar a mim e deixavam-me repousar para recomeçar as torturas (...). (ARNS, 2003, p. 79-80).

Neste relato pode-se perceber claramente como a violência extrema era utilizada nos interrogatórios. Sendo assim, o testemunho e a denúncia dos crimes de tortura são apresentados como uma condição de sobrevivência, estabelecendo uma ligação com os outros. Narrar torna-se importante à medida que o depoente sinta o desejo de exprimir o fato, havendo assim o rompimento gradativo da ponta que havia entre ele e os outros.

De acordo com Márcio Seligmann Silva (2008, p. 69), a construção dos depoimentos faz com que o indivíduo saia da posição de sobrevivente para retornar à vida. Para ele, a imaginação é por onde o trauma encontra um meio para a sua narração.

Sendo o trauma fruto de acontecimentos drásticos, podemos ter, portanto, a definição de trauma como individual e coletivo, ou seja, individual quando apenas uma pessoa sofre por determinado ato, e coletivo, quando várias pessoas sofrem perante o mesmo contexto. No livro *Brasil Nunca Mais* podem ser constatados os dois tipos de traumas, pois, ao mesmo tempo em que é individual é coletivo, ao entender que ao mesmo tempo em que um indivíduo está sendo torturado, outros também estão, não sendo, necessariamente, pelo mesmo motivo, mas sim, pela mesma causa, a repressão política.

De acordo com Pierre Ansart, ao ser analisada a questão da memória política, deve ser considerada a questão dos sentimentos, dos ressentimentos que por ela perpassam e que nos relacionam com a parte sombria da história (ANSART, 2004, p. 15). Aos que sofreram as torturas, segundo Ansart, cabe a definição de que quem os prejudicou, quem os torturou, os fez presos, é um ser malévolo, enquanto os depoentes são pessoas boas. O ódio que os depoentes sentem perante seus torturadores fazem com que haja entre eles uma forte identificação. Os sentimentos gerados a partir da experiência são de medo e de humilhação, que gera o desejo de vingança por parte de quem foi preso e torturado.

Pierre Ansart afirma que após a Segunda Guerra Mundial houve uma crescente produção de estudos historiográficos e literários sobre a questão da memória dos fatos traumáticos. Isso se justifica primeiramente à memória desses fatos serem sempre lembradas. Desde então há sempre a revisão das memórias relacionadas ao trauma, ao ressentimento, para afirmá-los e também para que jamais sejam esquecidas pela sociedade.

Portteli, ao falar da Resistência Italiana na Segunda Guerra, afirma que acontecimentos traumáticos geram nos sobreviventes uma "memória dividida", que é identificada por um lado, uma memória "oficial", que comemora o massacre como um episódio da resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvos

e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. (PORTELLI, p. 105). Sendo a memória dos torturados durante o Regime Militar brasileiro, traumática, podemos afirmar que a discussão de Portelli referente à Segunda Guerra pode encaixar-se na questão da memória do Regime Militar, sendo os dois acontecimentos traumáticos que trazem na memória dos seus sobreviventes o trauma produzido pelo sofrimento, violência e repressão.

Sendo assim, a memória nos oferece vários meios de análise, como nos mostra a discussão acima. Cabe ao historiador, portanto, identificar e delimitar o campo de seu estudo, e neste trabalho, será a memória dos torturados, a memória dos sobreviventes do Regime Militar, partindo da análise do livro *Brasil Nunca Mais*.

Segundo Cardeal Arns, a tortura foi aplicada no Brasil independentemente da idade ou sexo do suspeito. Muito mais do que apenas aplicar a dor ao indivíduo, desmoralizava a pessoa rompendo seus limites emocionais em relação ao afeto de grau de parentesco, pois, crianças foram assassinadas perante seus pais, houve abortos forçados e tortura de esposo ou esposa para incriminar seu parceiro (ARNS, 2003, p. 43). Enfim, as relações sentimentais entre os suspeitos foram usadas a favor dos militares em chantagens, pressão psicológica, afetiva, como nos afirma o seguinte depoimento da professora Maria Madalena Prata Soares, 26 anos, esposa do estudante José Carlos Novaes da Mata Machado (morto pelos órgãos de segurança) (1973):

(...) que foi presa no dia 21.10.1973, juntamente com seu filho menor Eduardo, de 4 anos de idade; que o motivo da prisão era que a interrogada desse o paradeiro de seu esposo; que, durante 3 dias, em Belo Horizonte, foi pressionada (para dizer) onde estava José Carlos, da seguinte maneira: que, se não falasse, seu filho seria jogado do 2º andar, e isso durou 3 dias, (...); que na última noite que seu filho passou consigo, já estava bastante traumatizado, pois ele não conseguia entender porque estava preso e pedia para ela, interroganda, para não dormir, para ver a hora que o soldado viria buscá-los; (...) ele não consegue entender o motivo do desaparecimento meu e de José Carlos; que o menino está traumatizado, com sentimento de abandono; (...) (ARNS, 2003, p. 43-44).

Homens, mulheres e crianças foram torturadas. A única variável diante disso era a forma como a tortura era aplicada. “Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras” (ARNS, 2003, p. 46). As mulheres sofriam além de torturas, abuso sexual, como nos mostra o depoimento da bancária Inês Etienne Romeu, de 29 anos:

(...) A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar o seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por “Camarão” e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidade, os mais grosseiros. (...) (ARNS, 2003, p. 47).

A situação com mulheres grávidas agravava-se ainda mais, uma vez que muitas sofreram abordos devido às torturas sofridas, como nos mostra o depoimento de Luiz Andréa Favero, de 26 anos, sobre o que ocorreu sua esposa em 1970:

(...) o interrogando ouviu os gritos de sua esposa e, ao pedir aos policiais que não a maltratassem, uma vez que a mesma se encontrava grávida, obteve como resposta uma risada; (...) que ainda, neste mesmo dia, teve o interrogando notícia de que sua esposa sofrera uma hemorragia, constatando-se posteriormente, que a mesma sofrera um aborto; (...) (ARNS, 2003, p. 50).

A tortura servia também de intimidação, ao serem exibidas pessoas torturadas como forma de pressão para que a outra que estivesse vendo declarasse, confessasse aquilo que as autoridades pretendiam. O depoimento da assistente social Ilda Brandle Siegl, 26 anos (1970):

(...) (o) que mais influenciou no ânimo da depoente foi o fato de ser mostrado a ela um rapaz, que hoje sabe ser Flávio de Melo e que se encontrava arrocheado no braço e com o rosto inchado, e disseram à depoente que, se não concordasse em colaborar, ficaria igual à ele; (...) que disseram a ela que a tortura ali era científica, não deixava marca; que foi espancada e despiram a depoente e provocaram choques elétricos; que, enquanto um aplicava o choque, o Dr. Mimoso abanava a depoente para que a mesma não desmaiasse; que havia pausa a critério médico; que aplicaram choques nos seios, no umbigo e na parte interna das coxas; que, após, foi jogada numa cadeira, já que não podia ficar de pé; (...) (ARNS, 2003, p. 204).

Muitas vezes, ao comparecer perante o Conselho de Justiça, muitos réus denunciaram como foram obrigados a assinarem depoimentos forjados, como é visto no depoimento da assistente social Luiza Gilka Oliveira Rabelo em 1973:

(...) Que, ao final das entrevistas, o Inspetor Xavier apresentou à interroganda um documento datilografado para que assinasse; que não chegou a ler devidamente o conteúdo dos documentos datilografados, porquanto tal não lhe foi permitido; que, entretanto, verificou logo à primeira vista que o citado continha coisas horríveis com respeito não só à pessoa da interroganda, como a de outras pessoas, ficando essas referências, ao que tudo indica, em torno da formação de grupos e de atividades contrárias ao regime; que a interroganda assinou tal documento para se ver livre daqueles vexames que estava passando; (...) (ARNS, 2003, p. 208).

Percebemos com isso a que ponto as pessoas chegavam para se livrarem dos abusos e violências que sofriam quando interrogadas. Todavia, a memória dos torturados através dos relatos do livro *Brasil Nunca Mais*, mesmo sendo transcritas, são inexprimíveis devido à dimensão do trauma gerado. Ao se estudar a questão do testemunho traumático, o historiador depara-se com o dilema de estudar o inexprimível, pois quem nunca passou por uma experiência desse tipo jamais conseguirá sentir o que os torturados sentiram.

As conseqüências que as torturas trouxeram às vítimas são poucos demonstrados nos depoimentos contidos no livro *Brasil: Nunca Mais*. Porém, nas que demonstram, pode-se afirmar que as seqüelas que ficam são tanto físicas como psicológicas e moral (ARNS, 2003, p. 215). No depoimento da jornalista Helena Miranda de Figueiredo (1973), podemos perceber o trauma que as torturas causaram à mesma:

(...) Em resposta às perguntas do Tem. Cel., Presidente do Conselho, respondeu que é possível que possa reconhecer os agressores, mas prefere não fazer, porque um deles ainda ameaçou a interroganda de morte, dizendo que passaria o carro sobre seu corpo. Acrescentou a interrogada que está apavorada até hoje pelo que viu e ouviu, e sofreu grandes ameaças a todo momento, ouvindo palavrões e promessas de maiores sevícias, não só na pessoa dela interrogada, como de seus familiares, incluindo o seu filho que conta hoje 13 anos de idade; que gestos obscenos de demonstrando como ela iria ser utilizada, inclusive o seu corpo, através de muitos dos elementos que se encontravam nas imediações, levaram a interrogada a se apavorar com aquilo que foi vítima, embora não tenham levado a efeito as ameaças, até hoje; presente que muita coisa pode acontecer, daí preferir silenciar sobre a indicação dos nomes daqueles que a atormentaram por tão longo tempo; (...) (ARNS, 2003, p. 215-216).

Mais detalhes das conseqüências que a tortura trouxe aos presos e perseguidos políticos são percebidos no relato do jornalista Nelson Luiz Lott de Moraes Costa, 22 anos (1971):

Que, em coisa de um mês, o interrogando perdeu cerca de 20 quilos; que os médicos, inclusive, achavam que o interrogando não estava em perfeito estado psíquico, falava sozinho, dizendo palavras desconexas; (...)

Que, após esses fatos, se sentiu abalado moral e psiquicamente; que depois, analisando com outros presos tempos depois, inclusive com psiquiatras, eles acharam, em concordância com ele depoente,

que o seu comportamento era psíco-maniaco-depressivo, ausência total de sentimentos, não raciocinando mais, inclusive, ao chegar numa cela coletiva às 8 horas da noite, falando sem parar até às 3 horas da manhã, emitindo palavras desconexas; (...) que atualmente continua sendo vítima de alucinações, depressões, que há momentos em que sente vontade de morrer, presa de alucinações e sofrimentos psíquicos; (...) (ARNS, 2003, p. 216-217).

Pode-se afirmar que os testemunhos contidos no livro *Brasil: Nunca Mais* foram narrados como esforço para que esses depoimentos fossem interpretáveis. As narrativas que resultam desses testemunhos devem ser tratadas criticamente pela história, considerando-se que se trata de um ponto de vista ligado aos militantes e à resistência ao regime militar. Contudo o conflito ideológico não é o foco central dos depoimentos, mas sim a denúncia que os torturados e as famílias dos desaparecidos fazem perante a conjuntura em que as prisões ocorreram – muitas vezes efetuadas em forma de seqüestro –, bem como a infração de seus direitos de cidadão durante os interrogatórios, as quais mais propriamente ditas, sessões de tortura.

São memórias pessoais, tentando se converter em memórias coletivas, através de suas composições na obra, a fim de uma reconstituição dos depoimentos em forma de denúncia para a sociedade, uma vez que, primeiramente, são depoimentos contidos no Tribunal Militar já tendo uma identidade de denúncia para as autoridades.

A Igreja Católica teve papel fundamental na atuação contra a ditadura, em prol da defesa dos direitos humanos, sendo afirmado pelo fato de que muitos padres e religiosos foram presos, torturados, e muitos chegaram até a morte (BATISMO DE SANGUE, 2007). A Igreja Católica carrega também memória referente ao Regime Militar. De início, a Igreja Católica apoiou o novo governo, porém, seu apoio foi diminuindo ao modo em que o regime ia mostrando seu caráter repressivo e autoritário. Dentro da igreja católica, começou um movimento de recusa à ditadura devido à repressão, liderada por parte de alguns membros da Igreja. Houve o envolvimento de parte do clero com militantes resistentes ao regime, e também proteção aos perseguidos e torturados. Dom Paulo Evaristo Arns ao denunciar as torturas durante o Regime Militar tornou-se um símbolo da defesa dos direitos humanos no Brasil. Porém, mesmo com o apoio de alguns membros católicos, apenas a minoria da Igreja lutou contra o Regime Militar, sendo que a maior parte da Igreja manteve-se ao lado do governo.

O livro *Brasil: Nunca Mais* é uma reportagem sobre a investigação feita através do projeto *Brasil Nunca Mais* sobre a repressão política que caiu sobre os brasileiros considerados contrários ao regime. A pesquisa BNM estudou a repressão política através dos documentos que foram produzidos pelas próprias autoridades. Esses depoimentos revelam evidências das medidas repressoras do Estado que adotou seqüestro, tortura, morte, desaparecimentos como forma de manter o regime no poder. (BAUER, 2007, p. 14).

A constituição do *Brasil Nunca Mais* foi realizada através de uma atuação silenciosa, podendo até ser considerada clandestina de pessoas ligadas à Igreja Católica que se dedicaram à denúncia da infração dos Direitos Humanos.

Hoje, a tortura é vista em alguns casos como um ato favorável para a sociedade quando cometida em criminosos, como o exemplo do filme *Tropa de Elite* (I e II), onde a tortura para obter informações é realizada pelos policiais aos supostos traficantes. A população exalta os policiais com

um tom de heroísmo perante ao seu ato, contudo, se compararmos à ditadura, veremos que a tortura ainda acontece.

Utilizada em todo o território nacional por agentes públicos das forças de segurança como instrumento de coação para obter confissões forçadas, a tortura chega a ser considerada por analistas como o principal mecanismo de investigação policial no país. Também é largamente aplicada como meio de punição e imposição de disciplina em presídios e em centros de cumprimento de medidas sócio educativas para adolescentes, além de meio de extorsão econômica aplicada contra suspeitos e autores de crimes. (RODLEY, 2000).

Apesar de diversos casos de tortura e abusos de poder serem registrados nos últimos anos, nada tem sido feito para que isso acabe. De acordo com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, mesmo a tortura sendo repudiada pelas autoridades, ela continua existindo e os torturadores continuam sendo impunes.

Segundo a Comissão, o perfil dos torturados hoje é das pessoas que tem pouco ou quase nenhum acesso à justiça para poder registrar denúncia. O caso de hoje se assemelha ao caso do período militar, pois, se hoje, o perfil dos torturados são os que não tem acesso à justiça por estarem em uma situação econômica desfavorável de pobreza e miséria, na ditadura os torturados também eram pessoas que não tinham direito à justiça devido á repressão de Estado, apesar de os militantes torturados serem, em sua maioria, membros da classe média.

Considerações Finais

Referenciando-se à memória traumática a partir dos testemunhos com fonte histórica, durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985) a partir do livro “Brasil: Nunca Mais” podemos afirmar, de início, que a memória, hoje tem um papel de destaque nas pesquisas historiográficas e o testemunho é uma das modalidades que a memória toma para a escrita do passado. Este trabalho teve por objetivo pesquisar a questão da memória como chave para o passado, utilizando-se como fonte o livro Brasil Nunca Mais e, mais especificamente, os relatos de presos políticos, de famílias de desaparecidos, muitos até hoje sem explicação convincente, para analisar a questão que o trauma traz nos testemunhos, e como, a partir deles, pode-se reconstruir, compreender parte da história de um Brasil recente.

Os testemunhos não são uma memória da verdade, mais sim uma memória arbitrária (FICO, 2012) – a verdade numa questão relativista, pode ser compreendida numa forma de explicação, esclarecimento sobre fato(s). A memória é uma fração da representação sobre determinado período, determinado acontecimento. Com os testemunhos contidos no livro “Brasil: Nunca Mais”, tratamos de uma memória coletiva, ao passo em que ajuda a construir historicamente um senso podendo ser compreendido como comum, ao tratar de uma memória traumática de um certo grupo/grupos sociais.

Tratando reflexões sobre a questão da memória, do testemunho e do trauma que o Regime Militar deixou por conta da repressão em milhares de brasileiros e do terror de Estado ao longo de seus vinte e um anos de posse governamental, torna-se importante que não apenas estudiosos sobre o assunto tomem ciência do que ocorreu, criando um sentimento de dever ser sempre lembrado, para que situações como essa possam ser evitadas, e conseqüentemente não se repitam.

Referências

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (Res)Sentimento, Indagações sobre uma questão sensível**. Editora Unicamp, Campinas- SP, 2004.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. (coord.) **Brasil: Nunca Mais**. Editora Vozes, 33ª Edição, Petrópolis, 2003.

BAUER, Caroline Silveira. **A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão**. UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007.

_____. O departamento de ordem política e social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): terrorismo de estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. **Revista Ágora**, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-31.

CALEGARI, Lizandro Carlos. Autoritarismo, memória e trauma no filme Araguaya: a conspiração do silêncio, de Ronaldo Duque. **Animus – Revista interamericana de comunicação midiática**, v. 18, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral, Memória, tempo e identidades**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n. 47, p. 29-60 – 2004.

_____. História do tempo presente, eventos traumáticos, documentos sensíveis: o caso brasileiro. In: **Revista Varia Historia**, Rio de Janeiro, jan/jun 2012 vol 28 n° 47.

GUINZBURG, Jaime. **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.msmedia.com/conexao/3/cap6.pdf>.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. **Revista História Oral**, v. 13, n.1, p 9-22, janeiro-junho, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. Universidade Federal de São Carlos, texto preparado para o **Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003.

MOVIMENTO Nacional dos Direitos Humanos – MNDH. **Uma história por contar: pelo direito humano à memória e à verdade no Brasil**. Brasília, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**, Editora Fundação Getúlio Vargas, 8ª edição.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil**. Disponível em: <http://norbertobobbio.wordpress.com/2011/07/05/ditadura-militar-esquerdas-e-sociedade-no-brasil-daniel-aarao-reis-filho/>, Instituto Norberto Bobbio, cultura, democracia e direitos humanos.

RESOLUÇÃO 39/46, da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10.12.1984 - ratificada pelo Brasil em 28.09.1989.

SILVA, Márcio Seligmann. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, Vol. 20, N.1, 2008.

Referências internet

<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/causas-do-golpe-militar-de-1964/>

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5112&Itemid=1 Acesso em: 10/04/2011.

<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/causas-do-golpe-militar-de-1964>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9455.htm Acesso em: 09/05/2011.

http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/bnm_tomo1_regime_militar.pdf

Filmografia

BATISMO de Sangue – Direção: Helvécio Ratton, Brasil, produzido em 2006 e lançado em 2007.

TROPA de Elite – Direção: José Padilha, Brasil, 2007.

TROPA de Elite 2 – o inimigo agora é outro, Direção: José Padilha, Brasil, 2010.

VISÕES - Lançamento: 2003 (Espanha, EUA, Inglaterra) Direção: Christopher Hampton.

Recebido em: 22/08/2012

Aprovado em: 02/04/2013